

Fala para a Posse

Antropologia Brasileira: saberes e diálogos na defesa de direitos e diferenças

Maria Filomena Gregori

Gostaria de cumprimentar os membros da mesa Dra Márcia Abrahaão Moura, Dra Débora Duprat, representante do Bigonha, Prof Roque Laraia, Prof Luis Roberto Cardoso de Oliveira, Profa. Lia Machado, Prof Sergio Carrara e agradecer aos presentes, bem como aos associados da ABA, a confiança depositada em nossa chapa, ao nos eleger, e no apoio que a atual diretoria e sua presidente e a secretaria da ABA tem dado de modo a facilitar a responsabilidade que agora assumiremos e com muita honra.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) completará 64 anos em 2019, sendo a mais antiga das associações em ciências sociais em nosso país. Como desde o início, a missão da ABA permanece a de exercer papel de destaque na consolidação do campo técnico-científico, acadêmico e de divulgação do que há de mais relevante no conhecimento antropológico brasileiro. Com uma significativa produção bibliográfica (dezenas de livros devidamente disponibilizados *on line*), a ABA edita também dois periódicos altamente qualificados: a *Vibrant*, criada originalmente para divulgar a produção antropológica brasileira para públicos estrangeiros e a *Novos Debates*, voltada especialmente para divulgar a reflexão de pesquisadores em formação. Além disso, a associação conta com a TVABA e uma importante coleção de vídeos e fotos etnográficos, resultantes de simpósios e do Prêmio Pierre Verger, bem como de mais cinco premiações que revelam trabalhos de conclusão de cursos, dissertações de mestrado e de doutorado. Tem sido expressiva a promoção de trocas, de debates e de discussões com o protagonismo da ABA, que, além de eventos e workshops regionais, organiza, nos anos pares, as Reuniões Brasileiras de Antropologia, com a participação de antropólogas e antropólogos do Brasil e do exterior. Assim, é missão da ABA estabelecer interlocução

com antropólogos que têm enfrentado o desafio de articular às questões conceituais e teóricas que o mundo contemporâneo suscita o desafio de organizar e mobilizar diferentes redes de produção de conhecimento, estimular entre elas o debate, gerar formas de visibilidade e de resistência através de Associações. Penso que o sentido do que fazemos na ABA e que alimenta o conceito mais abrangente de nossa gestão é o de, justamente, gerar uma articulação mais ampla que venha a enfrentar o contexto mais geral que afeta as variadas Antropologias que se faz entre nós e pelo mundo e que promovem incertezas, problematizando os limites de nossas reflexões, bem como das posições políticas que temos assumido.

O plano de ação desta diretoria implica o compromisso em dar continuidade a esse amplo repertório de atuações e produções, reconhecendo a tarefa constante, árdua e voluntária de 16 comissões e comitês de trabalho, que têm atuado não apenas para consolidar a Antropologia como ciência no Brasil, como para dar suporte a diferentes instituições públicas - estatais, governamentais e não-governamentais – em sua atuação junto aos grupos e populações que são os sujeitos das interações do campo da Antropologia. Ainda mais necessária no momento atual, a atuação antropológica junto a tais instituições, coadunada ao conhecimento detalhado e socialmente relevante que produzimos, tem se dado na defesa de direitos consagrados pela Constituição Brasileira, bem como no respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, idade, origem regional, nacionalidade. A ABA, ao mobilizar a reflexão e os resultados de pesquisa qualificada, tem estreitado colaboração com os órgãos do Poder Público através do diálogo com procuradores, ouvidores e assessores do Ministério Público. E o sentido de sua ação tem sido, sobretudo, o de evitar decisões arbitrárias, ou seja, que não levem em consideração as formas singulares de

ocupar e representar o território, características dos povos indígenas, quilombolas e demais populações de conhecimento tradicional.

O diálogo impulsionado pela expertise das investigações da Antropologia Brasileira também tem aportado um relevante instrumental de análise e de crítica às violações aos direitos fundamentais da pessoa humana, bem como tem oferecido sólida reflexão sobre diferentes modos de resolução de conflitos, envolvendo violências familiar e de gênero, racismo, homofobia e transfobia. Como é reconhecido por importantes operadores do Direito, a aproximação da ABA com membros do Ministério Público – que começou, informalmente nos anos 1990 para apoiar a aplicação dos direitos dos povos indígenas previstos pela Constituição de 1988 – tem sido formalizada, desde então, através de convênios, um dos quais ainda ativo, ampliando seu escopo temático. Hoje se reconhece que o conhecimento antropológico na criação e aplicação do Direito permitiu consolidar um modelo de exercício legal que se constitui *na* sociedade, revestindo-se assim de maior legitimidade.

Findo o pleito eleitoral de 2018, o cenário governamental do país ainda não está plenamente definido, embora aponte para importantes desafios em relação à garantia dos direitos estabelecidos pela Constituição. As universidades e centros de pesquisa constituem fóruns de formação, debate de ideias e de pesquisa cujo substrato crítico é parte do patrimônio técnico-científico brasileiro. As universidades produzem avaliação, sugestão e análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a profunda desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Somos defensores da liberdade de cátedra, da autonomia universitária e da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida.

Essa diretoria pretende fortalecer laços e a ação conjunta com as demais associações do campo científico brasileiro e internacional, tendo como parceria a SBPC – Associação articuladora de toda a Ciência Nacional e com a qual a ABA estabelece relacionamento contínuo e vigoroso e as associações das ciências sociais, como ANPOCS, ABCP, SBS, com as quais já estamos promovendo duas iniciativas: (i) criação de um Comitê de Relações Institucionais, somando esforços para aprimorar o diálogo com o Congresso Nacional e demais órgãos da administração pública em temáticas relativas às nossas especializações; e (ii) criação de uma Ouvidoria em Defesa de Direitos Fundamentais que irá atuar contra a violação dos direitos de cientistas sociais no Brasil. Essas iniciativas já celebraram, e de modo célere pela Dra Debora Duprat, um termo de cooperação entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão com as nossas Associações. Tal termo traz como objetivo geral acompanhar e enfrentar denúncias de violência, assédios e outras formas que configurem ação arbitrária contra associadas e associados no exercício de suas atividades.

Finalmente, daremos continuidade às ações e propostas de gestões anteriores que, por sua inegável relevância, devem permanecer no horizonte de nossa atuação, tais como: estimular o planejamento de ações, a captação de recursos e a comunicação de resultados de trabalho de comitês, comissões e representações da ABA; debater a prática profissional da Antropologia no Brasil em seus diversos espaços, produzindo subsídios de modo a contribuir para seu aperfeiçoamento; dar continuidade à discussão sobre ética em pesquisa no Brasil, de modo a diferenciar a ética na pesquisa e nas demais práticas do exercício profissional da Antropologia no Brasil frente à das ciências biomédicas; tendo em conta as grades curriculares das graduações em Antropologia ou em Ciências Sociais no Brasil, empenhar-se no diálogo sobre a formação nesse nível com as associações científicas da área da Arqueologia e das demais Ciências Sociais; estabelecer parcerias

na elaboração de processos formativos para antropólogos em atuação em espaços extra-universitários de acordo com temáticas específicas; manter, ampliando sempre que possível, as publicações periódicas existentes, tentando expandir o programa editorial da ABA; estimular seminários temáticos em diversas regiões em parceria com outras instituições e programas de ensino e pesquisa em antropologia, incluindo as reflexões sobre os novos desafios para a atividade profissional; continuar e aperfeiçoar os diálogos transnacionais da ABA, no sentido de melhor veicular a produção antropológica de seus associados; estreitar diálogo com entidades e associações científicas nacionais e internacionais; contribuir para o avanço da organização de centros de memória (virtuais e materiais) da disciplina no Brasil. Apoiar e estimular a memória do patrimônio cultural tangível e intangível e empenhar-se, na medida de suas atribuições e possibilidades, na reconstrução do Museu Nacional e na reconfiguração de suas coleções. Finalmente, iremos assegurar a realização da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e apoiar as demais reuniões e encontros que visem estimular e qualificar a pesquisa e a prática antropológicas.

Tais iniciativas que dão continuidade ao trabalho desenvolvido pela ABA em suas diversas diretorias são particularmente relevantes se levarmos em conta as mudanças significativas que vem sofrendo o campo da Antropologia no Brasil, e que têm colocado em evidência muitas conquistas, tanto no plano nacional, como o referente às relações e à posição da Antropologia Brasileira em âmbito internacional. Essas mudanças e conquistas estão assinaladas nos levantamentos realizados e analisados, com muita acuidade, por iniciativa de projetos das diretorias anteriores da ABA¹ que revelam a

¹ - Tomo como referência o livro *O Campo da Antropologia no Brasil* – organizado por Bela Feldman e Daniel Schroeter Simião – foi recém divulgado, apresentando os resultados mais atualizados de levantamentos feitos sobre esse campo. Inclusive, valeria mencionar que a ABA tem tido destaque na produção desses levantamentos recentes, bem como é preciso destacar todos os livros editados pela associação desde as suas primeiras diretorias: Mariza Corrêa editou um belíssimo livro com material icônico das primeiras diretorias e reuniões; Antonio Augusto Arantes e Guita Debert organizaram coletânea

expansão significativa dos programas de pós graduação (ainda que estejam sendo criados cursos de Antropologia na graduação, eles ainda não suscitam informações consistentes), o número de programas em Antropologia e Arqueologia triplicou: eram 11 programas em 2004; 21 em 2012; 32 em 2016. E essa expansão correspondeu a uma redistribuição dos programas pelo país: a maioria dos novos programas foram criados no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, gerando novos contingentes de alunos. Além da expressão quantitativa, foram consolidadas mais que o dobro de linhas de pesquisa e muito da expansão dessas linhas de pesquisa está relacionada com a afirmação de direitos das minorias e das populações tradicionais (a linha com maior espraiamento pelos programas é a referente à Direitos, Territórios e Identidades).

Contudo, se a expansão e a capilaridade dos diálogos e conhecimentos produzidos com a sociedade são tão expressivas e a ABA acompanha essa intensa transformação na composição das diretorias, na representação das comissões e no estímulo de articulação para o debate, ainda temos que enfrentar desafios concernentes às assimetrias persistentes, pois os programas mais consolidados são os mais valorizados e se destacam pela formação dos quadros com maiores chances nas hierarquias formativas. Na produção científica, as conquistas foram enormes e contínuas, posicionando a Antropologia Brasileira com destaque no cenário internacional. Teremos, inegavelmente, que continuar a enfrentar criativamente as assimetrias que submetem os requisitos para a internacionalização, buscando conhecer, estimular e fortalecer as Antropologias não hegemônicas. E essa missão temos cumprido com particular ênfase não apenas com a

com comentários e análises sobre a Antropologia e os Direitos Humanos; Miriam Grossi editou uma coletânea e no marco do aniversário da ABA de 50 anos, com contribuições valiosas de recomposição da memória da associação. Gustavo Lins Ribeiro e Wilson Trajano publicaram os resultados de pesquisa sobre o campo da antropologia brasileira, com comentários que traçam o perfil e mudanças ocorridas, a partir de dados especialmente coletados e sistematizados, entre os anos 1992 até 2002, e o livro que vou trazer informações resulta de dados do campo de 2004 a 2012. Outro livro acaba de ser lançado com chancela da ABA e referente aos agora 60 anos de sua atuação, cujo título - Antropologia e a Esfera Pública no Brasil – adensa e estimula a, como dizem os autores a olhar para frente (esse livro foi editado por Antonio Carlos da Souza Lima, Jane Beltrão, Andrea Lobo, Sergio Castilho, Paula Lacerda e Patrícia Osório).

expressiva participação de antropólogos e grupos em fóruns e congressos internacionais, mas também – e vale assinalar como importantes iniciativas – a participação na organização da RAM (esse ano será no Rio Grande do Sul), a organização e sede da última reunião da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IAUES) em total parceria com a ABA, e aí destaco o empenho da ex-presidente Miriam Grossi e de Lia Machado, a intensa relação que temos com a Associação Portuguesa de Antropologia (APA), com a Latin American Studies Association (LASA) e termos participado, com o esforço do ex-presidente Gustavo Lins Ribeiro, da criação World Council of Anthropological Association (WCAA) e nossa ex-presidente Carmen Rial ser sua atual presidente.

A Antropologia que fazemos está voltada para problemáticas sociais brasileiras e com alta participação na esfera pública, visando impacto social. Lia Machado, em artigos nessas publicações ABA, pondera que o fato das pesquisas brasileiras estarem articuladas com a defesa dos direitos fundamentais frente ao Estado e junto aos movimentos e ativismos sociais não deve ser visto como um localismo excessivo, sobretudo, porque esse tipo de interpretação neutraliza o significado da dimensão política do fazer da Antropologia no Brasil. Essa dimensão política é valiosa e, como bem assinala o livro *Antropologia e Esfera Pública no Brasil* em sua introdução, “depois da Constituição de 88 e com as políticas públicas que buscam efetivar os direitos à diversidade, os antropólogos foram convocados a se posicionar como especialistas. Nos anos recentes, começaram as interpelações de setores ligados ao agronegócio com notificações e pedidos de acesso ao cadastro de associados e posteriormente as CPIs (2015 e 2017), tendo como alvo Funai e Incra – mas envolvendo, ABA, associados e organizações não governamentais e entidades aliadas com o intuito de bloquear direitos dos indígenas à demarcação de terras, dos quilombolas à demarcação de territórios e, nos dizeres precisos

dos autores da publicação, à criminalização do próprio fazer antropológico. Não devemos desconsiderar as tentativas operadas em meio ao Congresso, bem como estimuladas pela nova gestão governamental em desqualificar a consolidação dos direitos à igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual que é apoiada por uma Frente Evangélica que não atua somente no Parlamento, tendo se espreado pela sociedade a ponto de eleger um candidato à Presidência da República que, no início do exercício do cargo, nomeia ministros que claramente atuam no sentido de restringir direitos fundamentais da pessoa humana, que deveriam estar, isso sim, em rota de plena consolidação.

De fato, teremos que não desconsiderar o momento em que vivemos que, como nos alerta Hanna Arendt, em seu livro de ensaios *Homens em Tempos Sombrios*: “quando pensamos nos tempos sombrios e nas pessoas que neles viveram e se moveram, temos de levar em consideração a(..) camuflagem que emanava e se difundia a partir do ‘sistema’, como então se chamava. Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por ‘fossos de credibilidade’ e ‘governos invisíveis’, pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido” (Hanna Arendt *Homens em Tempos Sombrios*, p.8, escrito em jan 1968).

Fazer frente aos desafios políticos, bem como no sentido de um maior desvendamento dos processos em reação aos direitos arduamente conquistados exigirá de nossa diretoria, tarefa a qual nos comprometemos aqui e publicamente, a atuar em três eixos principais: em primeiro lugar, dar continuidade às articulações interinstitucionais que já iniciamos com a formação disso que estamos chamando de Ciências Sociais Articuladas, com atuações em Advocacy e em Ouvidoria de Direitos Fundamentais; Em

um segundo eixo, pensamos que se é preciso reconhecer a riqueza e competência com a qual conseguimos estabelecer diálogos entre antropólogos, bem como com uma diversidade de instituições públicas, ainda precisamos criar estratégias de comunicação que consigam aproximar as abordagens, os resultados dos conhecimentos que produzimos para uma escala mais abrangente de interlocutores, dando a conhecer, bem como nos expor ao debate de todo o repertório de conceitos, abordagens, noções e concepções que nos posicionam em defesa dos direitos e na preservação, sobretudo, do direito à diferença. Se, em uma hipótese bem plausível, estamos vivenciando em nosso país manifestações de reação à consolidação de direitos, é preciso desvendar melhor essas reações e as moralidades que a sustentam. O terceiro eixo implicará a sugestão de criar novas comissões, acompanhando de modo a articular a já densa contribuição da antropologia brasileira em temáticas como violência, segurança, questão dos refugiados, as intrincadas relações entre vertentes do neopentecostalismo e a política, bem como os efeitos de novos processos sobre o campo mais complexo de manifestações religiosas. Também faremos esforços, gerando uma maior participação de antropólogas negras e negros, indígenas, quilombolas, e LGBTIs, e de fato consolidar, pelo menos entre nós, a circulação e trocas que não eliminam a força das diferenças e das singularidades, mas possam restituir parâmetros mais igualitários e horizontais. E desse modo, gostaria de finalizar essa minha fala com as palavras de Davi Kopenawa:

“Antigamente, os brancos falavam de nós à nossa revelia e nossas verdadeiras palavras permaneciam escondidas na floresta. Ninguém além de nós podia escutá-las. Então, comecei a viajar para que as pessoas das cidades por sua vez as ouvissem. Onde podia, espalhei-as por suas orelhas, em suas peles de papel e nas imagens de sua televisão. Elas se propagaram para muito longe de nós e, ainda que acabemos desaparecendo

mesmo, continuaram existindo longe da floresta. Ninguém poderá apagá-las.” (Davi Kopenawa e Bruce Albert *A Queda do Céu*, 2010)

Muito obrigada!